



PODER

Estudo da Transparência Brasil aponta que 16% das emendas de comissão executadas em 2025 foram registradas apenas em nome de líderes partidários, sem identificar os parlamentares responsáveis pelas indicações. Modelo contraria decisão do STF

Na Câmara, emendas sem autor somam R\$ 1,3 bilhão

» ALÍCIA BERNARDES

A Câmara dos Deputados executou R\$ 1,3 bilhão em emendas de comissão em 2025 sem identificar nominalmente os parlamentares responsáveis pelas indicações dos recursos. O dado consta em levantamento divulgado, ontem, pela Transparência Brasil. A entidade analisou a execução orçamentária e concluiu que o mecanismo das chamadas “emendas de liderança” mantém características semelhantes às do extinto orçamento secreto, apesar das **decisões** do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinaram rastreabilidade e transparência na destinação das verbas públicas. Ao todo, foram identificadas 1.341 emendas registradas apenas em nome de líderes partidários, o equivalente a 16% do total executado pelas comissões permanentes da Câmara.

Segundo a organização, as indicações são formalizadas em atas de reuniões das bancadas partidárias, mas esses documentos não são disponibilizados para consulta pública. Com isso, embora as emendas apareçam oficialmente assinadas pelos líderes das legendas, não é possível identificar qual deputado solicitou efetivamente a destinação dos recursos.

O mecanismo foi utilizado por PP, União Brasil, Republicanos, PL, Avante, Podemos e Solidariedade. A maior concentração ocorreu na Comissão de Saúde, responsável por R\$ 818,1 milhões das indicações sem autoria identificada.

O estudo também aponta falhas na rastreabilidade da execução das emendas. Conforme a Transparência Brasil, a ausência de um identificador único para cada indicação impede acompanhar o percurso completo dos recursos, da solicitação até a aplicação final. Como consequência, a entidade afirma não ter conseguido identificar os beneficiários finais de R\$ 821 milhões em emendas empenhadas neste ano.

Grande parte desse montante foi destinada à execução direta por órgãos federais, como a

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



A Paraíba, do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), recebeu quase a metade de todas as “emendas de liderança”

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e superintendências do Ministério da Agricultura.

O levantamento dedica um capítulo ao Republicanos, partido do presidente da Câmara, Hugo Motta (PB). Segundo a Transparência Brasil, a legenda destinou R\$ 218,4 milhões por meio de 260 emendas assinadas apenas pela liderança partidária. Desse total, R\$ 95,1 milhões — cerca de 43% dos recursos — tiveram como destino a Paraíba, estado de Motta. Entre os casos citados está um empenho de R\$ 10,5 milhões destinado à Codevasf para obras de pavimentação. O estudo afirma que a indicação teria sido feita pelo presidente da Câmara, mas a documentação da execução informa apenas a

Bloqueio

Em 2024, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o bloqueio das emendas de comissão e a adoção de regras de transparência, entre elas a obrigatoriedade da identificação nominal dos parlamentares responsáveis pela indicação.

superintendência responsável pela obra, sem especificar os municípios beneficiados. Motta não se manifestou sobre o estudo.

A publicação também destaca que o modelo de formalização das

emendas está no centro de investigações conduzidas pela Polícia Federal e acompanhadas pelo STF. Entre os casos mencionados está o das 29 emendas atribuídas ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que somam R\$ 6,1 milhões e foram registradas oficialmente como indicações da liderança do Republicanos, apesar de Cunha não exercer mandato parlamentar.

Os recursos tiveram a execução suspensa pelo ministro Flávio Dino, que também determinou o bloqueio de bens do ex-deputado no mesmo valor. Segundo a investigação, servidores da Câmara teriam atuado para operacionalizar as indicações, utilizando a assinatura da liderança partidária para ocultar o verdadeiro responsável pelos repasses.

O documento ainda relaciona o tema às investigações envolvendo o

presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, que também teve bens bloqueados por determinação de Flávio Dino em apuração sobre suposto desvio de recursos de emendas parlamentares.

Para a Transparência Brasil, os casos reforçam a necessidade de ampliar os mecanismos de controle sobre a destinação das verbas públicas. A entidade observa que, apesar das decisões do STF exigindo a identificação nominal dos autores das emendas e a publicidade das deliberações das comissões, a prática permanece praticamente inalterada.

Os dados mostram ainda que as emendas de comissão ganharam protagonismo após o fim do orçamento secreto. Enquanto os pagamentos nessa modalidade somaram R\$ 136,1 milhões em 2022, o volume alcançou R\$ 8,3 bilhões em 2024 e R\$

» “Indevida intervenção”

No sábado, um dia depois de o ministro Flávio Dino, do STF, determinar o bloqueio de bens do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o presidente da Câmara, Hugo Motta, manifestou “inconformismo diante da indevida intervenção judicial no mérito de atividade típica do Parlamento”. Para o presidente da Casa, a decisão de Dino “não identifica desvio, abuso ou aplicação irregular de verbas públicas”. “Limita-se a inferências e a tentar criminalizar a atividade política”. “Torna-se inaceitável, tendo em vista que a alocação das emendas está em plena conformidade com a moldura normativa vigente e com os compromissos institucionais firmados entre o Executivo e o Legislativo perante a própria Corte Constitucional”, acrescentou Motta.

9,3 bilhões em 2025, incluindo restos a pagar de exercícios anteriores.

Em dados preliminares de 2026, a Transparência Brasil identificou outros R\$ 373,8 milhões em emendas registradas apenas em nome de líderes partidários. Segundo a organização, somente o Solidariedade deixou de utilizar o mecanismo neste ano, enquanto o PT passou a adotar o modelo.

Como recomendação, a Transparência Brasil defende a criação de um identificador único para cada emenda de comissão nos sistemas orçamentários da União e a extinção das chamadas “emendas de liderança”. O estudo destaca ainda que, diferentemente da Câmara dos Deputados, o Senado já identifica nominalmente os parlamentares responsáveis por todas as emendas de comissão apresentadas.

»Entrevista | VALDEMAR COSTA NETO | PRESIDENTE NACIONAL DO PL

“Vamos provar que não houve nada errado”

» DANANDRA ROCHA

Em meio ao avanço das investigações sobre a destinação de emendas parlamentares e ao bloqueio de R\$ 119 milhões em bens determinado pelo ministro Flávio Dino, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou ao Correio que a Polícia Federal interpreta de forma equivocada sua atuação dentro do partido. Ele garantiu que demonstrará à Justiça a legalidade de sua conduta.

Qual foi seu papel nas indicações de emendas, apontadas pela Polícia Federal? Onde termina a articulação política de um presidente de partido e começa a interferência indevida na execução de recursos públicos?

Não é indevida, é minha obrigação. Recebo prefeitos e deputados de todo o Brasil. Muitos não possuem informações sobre todo o país ou suporte para receber essas

emendas por falta de base parlamentar. Eles me procuram, e eu faço sugestões à liderança, pois vários deputados destinam uma parte das emendas para que a liderança atenda a essas dificuldades. Quem encaminha é o líder; eu não assino nada, apenas envio a relação para a liderança. Além das emendas de deputados, temos recursos nas comissões permanentes, como as de Saúde, Turismo e Relações Exteriores. O presidente da comissão decide o destino da verba em entendimento com a liderança. Eu encaminho as demandas; eles as avaliam, e a assinatura final é do líder. É um trabalho normal da política e do partido avaliar onde realmente há necessidade.

Como o senhor avalia a decisão sobre o bloqueio de bens?

Pode ser uma movimentação política, pois a Procuradoria-Geral da República (PGR) deu parecer contrário a isso. Eles podem ter imaginado que eu teria uma cota

própria, mas eu não tenho. O bloqueio de R\$ 119 milhões refere-se ao total das emendas; eu não posuo esse valor em conta, nem se ganhasse na Mega-Sena duas vezes sozinho. Isso será esclarecido na nossa defesa; não tenho preocupação nenhuma.

O senhor teme que o avanço dessa investigação atinja parlamentares do PL ou produza desgaste para o projeto presidencial de Flávio Bolsonaro em 2026?

No primeiro momento causa impacto, especialmente com chamadas no Jornal Nacional sobre o bloqueio de R\$ 119 milhões, o que faz as pessoas pensarem que tenho esse dinheiro ou que houve algo errado. Não houve nada errado, e vamos provar isso ao ministro. Não houve irregularidade, e provaremos isso ao ministro. No passado, sugeriram cotas para presidentes de partidos, e nós mesmos fomos contra; somos atendidos pela liderança dentro do que é possível e necessário.

Na sua avaliação, por que a Polícia Federal pediu bloqueio dos seus bens?

Porque acreditaram na existência de uma cota específica para mim, o que não existe. Isso foi ventilado antigamente e talvez os tenha confundido. Eu solicito ao deputado, e ele atende quando pode, dentro das prioridades das verbas das comissões. O Hugo Motta até emitiu uma nota defendendo que isso é fazer política e faz parte do meu trabalho como presidente de partido.

Sobre a carta divulgada pelo ex-presidente Bolsonaro, o senhor acredita que isso pode impactar na prisão domiciliar dele, já que o PT pede a revogação dessa medida?

Todo preso tem o direito de escrever cartas. Isso, na verdade, fortalece o Flávio, pois quem detém os votos é o Jair Bolsonaro. É vital que ele se manifeste, já que não pode conceder entrevistas. Precisamos eleger o Flávio; é importante para o país que a direita retorne ao governo. Bolsonaro governou efetivamente por dois anos, pois os outros dois foram de pandemia, período em que ele destinou recursos a todos os prefeitos e auxílios aos cidadãos que pudessem sobreviver ao caos econômico.

Foto: Beto Barata/ PL



O senhor acredita que essa manifestação minimiza o atrito entre Flávio e Michelle?

Essa é a intenção. Não podemos ter desentendimentos internos, pois esta eleição é decisiva para nós e é a maneira de Bolsonaro sobreviver politicamente, já que ele está condenado.

E sobre a candidatura da Michelle ao Senado? Ela virá pelo PL?

Insistimos para que ela seja candidata ao Senado, onde teria eleição garantida. Acredito que os

desentendimentos serão superados, pois não venceremos se estivermos brigando entre nós.

No Ceará, o PL apoiará o Ciro Gomes?

Vamos apoiar o Ciro. Apesar das divergências familiares dele, é um homem honesto e representa a única forma de vencermos o PT no estado. O André Fernandes teve uma excelente votação em Fortaleza, e o apoio da direita é fundamental para melhorarmos nosso desempenho no Ceará.